



DEFENSOR PÚBLICO  
GERAL DO ESTADO

*André Luis Machado de Castro*

ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Denis de Oliveira Praça*

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Rodrigo Baptista Pacheco*

CHEFIA DE GABINETE  
*Julia Mendes Luz*

CORREGEDORA GERAL  
*Eliane Maria Barreiros Aina*

SUBCORREGEDORA GERAL  
*Maria Leonor Fragoso de Queiroz Carreira*

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL  
*Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas*  
*Cristina Santos Ferreira*  
*Isabella Maria de Paula Borba*

SECRETÁRIO-GERAL  
*Paulo Vinicius Cozzolino Abrahão*

SUBSECRETÁRIA GERAL  
*Márcia Cristina Carvalho Fernandes*

ASSESSOR PARLAMENTAR  
*Francisco Messias Neto*

COORDENADORA DE MOVIMENTAÇÃO  
*Marcia Cristina do Amaral Gomes*

ASSESSORES DA COORDENAÇÃO  
*Maria Matilde Alonso Ciorciarí*  
*Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo*

DIRETOR GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
*José Augusto Garcia de Sousa*

COORDENADORA GERAL DO ESTÁGIO FORENSE  
*Maria de Fátima Abreu Marques Dourado*

DIRETORA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS  
DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
*Adriana Silva de Brito*

OUVIDOR GERAL  
*Pedro Daniel Strozenberg*

SUBOUVIDOR GERAL  
*Odin Bonifacio Machado*

SUBCOORDENADORA DO CONCURSO  
*Márcia Cristina Carvalho Fernandes*

COORDENADORA DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O  
CIDADÃO  
*Gabriela Varsano Cherem*

COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS  
*Daniella Capelletti Vitagliano*

COORDENADOR-GERAL DO INTERIOR  
*Marcelo Leão Alves*

COORDENADORA CÍVEL  
*Adriana Araujo João*

COORDENADOR DE DEFESA CRIMINAL  
*Emanuel Queiroz Rangel*

DEFENSORIA PÚBLICA

www.dpge.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos da Defensoria Pública-Geral .....	1
Avisos, Editais e Termos de Contratos .....	2

Atos da Defensoria Pública-Geral

DESPACHOS DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL  
DE 17/06/2016

**PROCESSO Nº E-20/001/486/2016 - RATIFICO** a declaração de inexigibilidade de licitação em estrita observância ao disposto no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, para contratação da sociedade empresária EBTC CAPACITAÇÃO & TREINAMENTO EIRELI ME, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), referente ao custeio do curso de treinamento de administração de frotas de veículos, planejamento, logística de manutenção e custos operacionais, para 01 (um) servidor da DPGE/RJ, que ocorrerá na Cidade de São Paulo/SP, nos dias 23/06/2016 e 24/06/2016.

**PROCESSO Nº E-20/001/1240/2016 - RATIFICO** a declaração de inexigibilidade de licitação em estrita observância ao disposto no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, para contratação do INSTITUTO BRASILEIRO DE PRÁTICAS COLABORATIVAS, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), referente ao custeio de 05 (cinco) inscrições, sendo 4 (quatro) para defensores e 1 (uma) para servidor, na 5ª Capacitação Nacional em Práticas Colaborativas, que ocorrerá na Cidade do Rio de Janeiro/RJ entre os dias 30/06/2016 e 02/07/2016.

CORREGEDORIA GERAL  
ATO DO CORREGEDOR-GERAL  
ORDEM DE SERVIÇO Nº 111 DE 15 DE JUNHO DE 2016

**DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE  
INSPEÇÕES E CORREIÇÕES NOS ÓRGÃOS  
DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**A CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade de se regulamentar os procedimentos de inspeção e correção nos órgãos de atuação da DPGE-RJ;
- os princípios constitucionais da moralidade administrativa, publicidade e eficiência, todos previstos no caput do art. 37 da CF/88;
- o papel fundamental desenvolvido pela Corregedoria da Defensoria Pública cuja missão não é tão-somente o exercício de função punitiva, mas também o das funções de fiscalização e orientação;
- os arts. 105, inciso I e 133, I e II, da LC nº 80/94, c/c o arts. 20, inciso I e 139, § § 1º e 2º, da LC nº 06/77 segundo os quais compete a Corregedoria Geral realizar inspeções e correções funcionais;
- a necessidade de se instituir uma periodicidade na realização de correções e inspeções nos órgãos de atuação da DPGE-RJ; e
- o princípio da transparência através do qual visa regulamentar os procedimentos de inspeções e correções;

**RESOLVE:**

**Art. 1º-** Regulamentar os procedimentos de inspeções e correções, bem como implementar a periodicidade de suas realizações nos órgãos de atuação das Defensorias Públicas.

**Art. 2º** - Compete ao Corregedor-Geral realizar correções e inspeções funcionais, de modo a fiscalizar, em caráter permanente, a atividade dos membros e servidores da Defensoria Pública, observando a qualidade e eficiência do serviço, o fiel cumprimento dos deveres funcionais e o respeito às proibições e impedimentos, recomendando sua correção, bem como, se for o caso, a apuração de responsabilidade funcional com a adoção das providências prevista em lei.

**Parágrafo Único** - As inspeções e correções serão realizadas pelo Corregedor-Geral e/ou pelo Subcorregedor Geral, e pelos assessores da Corregedoria, quando designados para tal fim.

**Art. 3º** - A Corregedoria-Geral realizará inspeções e correções para apurar fatos relacionados aos serviços da Defensoria Pública, em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares.

**Art. 4º** - A Corregedoria Geral poderá adotar as providências que entender cabíveis para a efetivação das inspeções e correções, com observância dos arts. 133, incisos I e II da LC nº 80/94, bem como das seguintes disposições:

I - as correções ordinárias serão realizadas periodicamente para verificar a regularidade dos serviços; enquanto que as correções extraordinárias e as inspeções serão realizadas também para tal finalidade sempre que houver necessidade;

II - o Corregedor-Geral divulgará através de Internet ou Imprensa Oficial o cronograma das correções ordinárias e a indicação dos respectivos locais, com antecedência mínima de 10 dias;

III - a Autoridade incumbida da inspeção ou correção manterá contato com magistrados, autoridades locais, ficando à disposição das partes ou outros interessados que pretendam apresentar sugestões ou formular reclamações atinentes ao órgão de atuação submetido à correção ou inspeção;

IV - na data da correção, se necessário, o atendimento no órgão de atuação será suspenso, exceto para os casos de urgência, devendo o Defensor Público, quando for o caso, solicitar junto ao Juízo a remarcação de audiências eventualmente designadas para o dia da correção.

**Art. 5º** - Nos procedimentos de inspeções e correções, deverão ser observados:

I - o cumprimento das ordens de serviços, avisos, resoluções e atos normativos da Administração Superior desta Instituição;

II - as estatísticas mensais, para apuração da produtividade e verificação do cumprimento do art. 129, § 1º, inciso VIII da LC nº 06/77;

III - regularidade dos livros, agendas de audiências, registros de distribuição, controle de processos remetidos e devolvidos, controle de intimações eletrônicas;

IV - atendimento ao expediente interno e ao expediente forense;

V - sistema de atendimento aos assistidos;

VI - cumprimento de carga horária de funcionários e estagiários;

VII - cumprimento de prazos processuais;

VIII - alimentação do sistema de dados da Defensoria Pública disponibilizado ao órgão.

**Parágrafo Único** - Outros fatores que sejam relevantes para a eficiência e regularidade na prestação do serviço poderão ser levados em consideração nos procedimentos de inspeções e correções, sendo o rol acima descrito meramente exemplificativo.

**Art. 6º** - A autoridade incumbida das inspeções ou correções deverá confeccionar um relatório minucioso, apontando todos os fatores observados, as boas práticas observadas, eventuais irregularidades, medidas de prevenção de problemas, medidas saneadoras dos problemas existentes com o objetivo de alcançar a excelência no serviço prestado.

**§ 1º** - O Coordenador Regional poderá apresentar um relatório em separado com suas observações, críticas, sugestões e relatos das medidas já adotadas em relação ao órgão de atuação sob inspeção ou correção.

**§ 2º** - Após a realização da correção ordinária ou extraordinária, será elaborado relatório, do qual será dada ciência ao Defensor Público designado para atuar no respectivo órgão, que poderá se manifestar no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Art. 7º** - As correções extraordinárias serão realizadas, sempre que houver necessidade, face à gravidade e/ou para casos que demandem urgência de conclusão, mediante avaliação e determinação do Defensor Público Geral e/ou Corregedor-Geral, podendo ser de ofício ou em razão de reclamações que possam comprometer a atuação do órgão de atuação, o prestígio da Instituição ou a regularidade das atividades.

**Art. 8º** - As inspeções serão realizadas, sempre que houver necessidade, mediante avaliação e determinação do Defensor Público Geral e/ou Corregedor-Geral, correspondendo às situações de menor complexidade e/ou de simples fiscalização permanente da Corregedoria Geral, podendo ser determinadas de ofício ou em razão de reclamações que possam comprometer a atuação do órgão de atuação, o prestígio da Instituição ou a regularidade das atividades.

**Art. 9º** - As correções ordinárias e extraordinárias deverão obedecer ao relatório constante do Anexo, a ser preenchido pela Autoridade incumbida da correção.

**Art. 10** - Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016

**ELIANE MARIA BARREIROS AINA**  
Corregedora-Geral

ANEXO

CORREIÇÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
RELATÓRIO

**I - DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS DO(A) DEFENSOR  
PÚBLICO(A)**

ÓRGÃO:  
DEFENSOR(A) PÚBLICO(A):  
É TITULAR?  
RESIDE NA COMARCA?  
EM ESTÁGIO PROBATÓRIO?

**II - ESTRUTURA DO ÓRGÃO**

ANEXAR ÚLTIMO RELATÓRIO ESTATÍSTICO APRESENTADO  
ANEXAR DADOS DA SECRETARIA GERAL, ESTÁGIO FORENSE E  
INFORMÁTICA  
INFORMAÇÕES OBTIDAS NO LOCAL:

SERVIDORES(AS)	Horário

ESTAGIÁRIOS(AS)	Horário

Gabinete individual? Se negativo, como é feito o compartilhamento -

Móveis -

Equipamentos de informática, telefone, fax etc-

Aparelho ar condicionado -

Banheiro privativo -

Sala de refeições -

Utilização das dependências e os bens da DP por terceiros -

**IV - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DE ATUAÇÃO:**

Arquivos físicos ou virtuais de petições e ofícios, com protocolo de recebimento -

Arquivo de guias de remessa

Livros de devolução de autos

Agenda de audiências

Arquivo de peças eletrônicas

Controle dos atendimentos realizados

Utilização do timbre da DP ou identificação da assinatura eletrônica

Indicação, sob a assinatura, do nome, do cargo e da matrícula em manifestações ou quaisquer outras intervenções escritas decorrentes do seu mister

Método de controle de prazos

Método de alimentação de sistema de dados disponibilizado ao órgão

Ocorrência de algum problema no tratamento destinado aos assistidos, membros da DP, servidores, estagiários, partes, testemunhas

**V - RELAÇÃO DE AUTOS DE PROCESSOS EXAMINADOS:**

Proc. nº

Estado do processo:

Proc. nº

Estado do processo:

Proc. nº

Estado do processo:

Proc. nº

Estado do processo:

Proc. nº

Estado do processo:

Proc. nº

Estado do processo:

Proc. nº

Estado do processo:

**VI - ENTREVISTAS, CASO NECESSÁRIO:**

**VII - OUTROS ASPECTOS RELEVANTES:**

**VIII - OBSERVAÇÕES FEITAS PELO DEFENSOR PÚBLICO:**

**IX - ORIENTAÇÕES:**

**Local** **e** **data:**

**Corregedor(a):** \_\_\_\_\_

**Defensor** **Assessor** **da** **Corregedoria:**

**Ciente:** \_\_\_\_\_

**Defensor(a) Público(a):**

**TERMO DE DECLARAÇÕES**

NOME DO(A) DECLARANTE:

QUALIFICAÇÃO DO(A) DECLARANTE:

MOTIVAÇÃO DA OITIVA:

DECLARAÇÕES:

Id: 1964315

**SUBSECRETARIA-GERAL**

**DESPACHOS DA SUBSECRETÁRIA-GERAL  
DE 16/06/2016**

**PROCESSO Nº E-20/001/1786/2015** - Considerando a adjudicação dos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 38, 40 à Empresa **OBRA PRIMA DE PATY DO ALFERES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP** no valor total de R\$ 23.950,00 (vinte e três mil novecentos e cinquenta reais e sessenta centavos), itens 02, 04, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 31, 32, 34, 35, 37, 39, 41, 42 à Empresa **MULT WAY COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP**, no valor total de R\$ 17.986,00 (dezessete mil novecentos e oitenta e seis reais), conforme disposto nas Atas do Pregão, **HOMOLOGO** a licitação, por PREGÃO ELETRÔNICO DPGE Nº 007/16, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de material hidráulico.

**PROCESSO Nº E-20/001/913/2016** - Considerando a adjudicação do lote único à Empresa **NOVA ERA NE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI ME**, no valor total de R\$ 1.622.397,60 (hum milhão, seiscentos e vinte dois mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), conforme disposto nas Atas do Pregão, **HOMOLOGO** a licitação, por PREGÃO ELETRÔNICO DPGE Nº 021/16, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de portaria.

**PROCESSO Nº E-20/001/3159/2016** - Considerando a adjudicação do lote único à Empresa **MAX SEGURANÇA MÁXIMA LTDA**, no valor total de R\$ 1.556.748,91 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil setecentos quarenta e oito reais e noventa e um centavos), conforme disposto nas Atas do Pregão, **HOMOLOGO** a licitação, por PREGÃO ELETRÔNICO DPGE Nº 022/16, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada.

**PROCESSO Nº E-20/001/30/2016** - Considerando a adjudicação dos itens 01, 02, 03 e 04 à Empresa **SERTHA 2012 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, no valor total de R\$ 172.537,50 (cento e setenta e dois mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme disposto nas Atas do Pregão, **HOMOLOGO** a licitação, por PREGÃO ELETRÔNICO DPGE Nº 023/16, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de material para copa.

Id: 1964248



documento  
assinado  
digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Sábado, 18 de Junho de 2016 às 06:27:46 -0300.



**E-20/001.000670/2024** (Conserto dos postes de energia pela companhia Enel S.A.). Requerente: 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva.

**E-20/001.003348/2023** (Casos de poluição sonora nos municípios de atribuição do 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva). Requerente: 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva.

**E-20/001.002820/2023** (Regularizar a situação de terreiros de religiões de matrizes africanas). Requerente: 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva.

#### Assuntos Gerais.

Id: 202500480 - Protocolo: 1743716

## Corregedoria Geral - CG

### Aviso Geral

| De 25.03.2025

**Referência:** Processo nº E-20/001.000138/2018

A **CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos Excelentíssimos(as) Defensores(as) Públicos(as) do Estado do Rio de Janeiro que será realizada a **V CORREIÇÃO ORDINÁRIA** nos órgãos de atuação deste Estado, como determinado nos artigos 139, § 1º, da LC nº 6/77 e 133, inciso I, da LC nº 80/94, e regulamentação prevista na Ordem de Serviço nº 111/16, com as alterações trazidas pela Ordem de Serviço nº 126/2019 de 04/05/2020, observando-se o que consta no procedimento E-20/001.002230/2025, nos seguintes moldes:

1. será realizado sorteio para escolha do grupo de órgãos que será objeto de correição;
2. A ordem dos grupos será estabelecida em um único sorteio, publicado em Diário Oficial Eletrônico;
3. após, será realizado sorteio mensal, dentre os órgãos do grupo previamente sorteado, para escolha daqueles que serão objeto de visita presencial ou por videoconferência, sem prejuízo de inspeção nos que não foram sorteados;
4. os órgãos que receberam visita na IV CORREIÇÃO ORDINÁRIA serão excluídos do sorteio eletrônico, porém estarão sujeitos à eventual inspeção no período da correição;
5. os sorteios serão públicos e serão convidados para os mesmos 1(um) representante da ADPERJ e 1(um) da ASDPERJ.

**Os grupos de órgãos serão os seguintes:**

	GRUPOS	ÓRGÃOS
1	Classe Especial	Todos os órgãos
2	CAPITAL – A	Núcleos Especializados e Plantão Diurno
3	CAPITAL – B	Plantão Noturno, Justiça Itinerante, Cível, Auditoria Militar, VEP, Empresarial, Família, Fazenda Pública, Juizado Fazendário, Órfãos e Sucessões e Juizado Especial Cível
4	CAPITAL - C	Curadoria Especial, Júri, Criminal, Juizado Especial Criminal, Juizado de Violência Doméstica, Custódia, Infância, Juventude e Idoso, Núcleos de Primeiro Atendimento
5	REGIONAIS CAPITAL –	Madureira, Jacarepaguá, Barra, Santa Cruz, Campo Grande





DESDE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Edição N.º 055 / 2025

Publicação: Quarta-Feira, 26 de Março de 2025

	A	
6	REGIONAIS CAPITAL – B	Bangu, Ilha do Governador, Leopoldina, Méier, Pavuna
7	REGIÃO 1 – A	Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados e Japeri
8	REGIÃO 1 – B	Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti
9	REGIÃO 2 – A	Niterói, Região Oceânica e São Gonçalo
10	REGIÃO 2 – B	Guapimirim, Magé, Vila Inhomirim, Alcântara, Itaboraí
11	REGIÃO 3	Todos os órgãos
12	REGIÃO 4	Todos os órgãos
13	REGIÃO 5	Todos os órgãos
14	REGIÃO 6	Todos os órgãos
15	REGIÃO 7	Todos os órgãos
16	REGIÃO 8	Todos os órgãos
17	REGIÃO 9	Todos os órgãos
18	REGIÃO 10	Todos os órgãos
19	REGIÃO 11	Todos os órgãos
20	REGIÃO 12	Todos os órgãos

**FATIMA MARIA SARAIVA FIGUEIREDO**

CORREGEDORA-GERAL

Id: 202500476 - Protocolo: 1708137





DESDE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Edição N.º 055 / 2025

Publicação: Quarta-Feira, 26 de Março de 2025

**Referência:** Processo nº E-20/001.000138/2018

A **CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos Excelentíssimos(as) Defensores(as) Públicos(as) do Estado do Rio de Janeiro que no dia **31/03/2025**, às **14** horas, nas dependências da Corregedoria-Geral, será realizado sorteio público para determinar a ordem dos **grupos de órgãos** da V Correição Ordinária.

Id: 202500477 - Protocolo: 1729606

**Referência:** Processo nº E-20/001.000138/2018

A CORREGEDORA-GERAL, no uso de suas atribuições legais,

-considerando que cabe à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública a intermediação da atuação integrada e o intercâmbio de informações entre as Defensorias Públicas Estaduais;

-considerando o Termo de Cooperação Técnica nº 01/2021 e

-considerando a publicação da Resolução DPGERJ nº 1280/2024 que reidentifica 3ª Vara Cível da Regional de Santa Cruz;

**AVISA** às(aos) Excelentíssimas(os) Defensoras(es) Públicas(os) do Estado do Rio de Janeiro que a atribuição para elaboração da resposta de citação, notificação ou intimação por via postal ou mandado judicial eletrônico, a que se refere a **Ordem de Serviço nº 098, de 14 de outubro de 2013**, seguirá, no ano de **2025**, o rodízio abaixo discriminado:

**REGIONAL DE SANTA CRUZ – CÍVEL**

DEFENSORIA PÚBLICA	ANO – 2025
1ª Vara Cível	JANEIRO/ABRIL/JULHO/ OUTUBRO
2ª Vara Cível	FEVEREIRO/MAIO/AGOSTO/NOVEMBRO
3ª Vara Cível	MARÇO/JUNHO/SETEMBRO/DEZEMBRO

**FATIMA MARIA SARAIVA DE FIGUEIREDO**

CORREGEDORA-GERAL

Id: 202500478 - Protocolo: 1743941

**Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP****Ato de Deferimento**

| De 24.03.2025

**Referência:** Processo nº E-20/001.000498/2025 - Interessado(a): JULIANA SOUZA DA CUNHA SANTOS, matrícula: 30959449

Considerando o Parecer 1700672 e o Despacho Decisório 1739638, **DEFIRO** o pedido de averbação do tempo de serviço para fins de **aposentadoria e triênio** a fim de reconhecer a possibilidade de averbação, para fins de aposentadoria e acréscimos (triênio), **do período de 07 de julho de 2022 a 18 de março de 2024, totalizando 621 dias**, com base no art. 13, parágrafo único, da Lei Estadual nº 9.392/2021 c/c com o artigo 201, § 9º e 9º-A, da Constituição Federal.

Id: 202500471 - Protocolo: 1741670

